

Demonstrações financeiras

Zona da Mata Geração S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Zona da Mata Geração S.A.
Juiz de Fora – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zona da Mata Geração S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zona da Mata Geração S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Zona da Mata Geração S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.207	33.667
Contas a receber	4	2.650	3.413
Estoques		909	975
Impostos a recuperar		4	80
Despesas antecipadas	5	407	577
Outros	6	17	10.535
Total do ativo circulante		5.194	49.247
Não circulante			
Despesas antecipadas	5	-	238
Imobilizado	7	4.113	4.263
Ativo financeiro	8	43.228	54.377
Intangível	9	10.271	11.273
Depósitos judiciais		1	1
Total do ativo não circulante		57.613	70.152
Total do ativo		62.807	119.399

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	10	3.875	3.913
Impostos e contribuições a recolher		379	389
Salários e encargos sociais		51	77
Dividendos a pagar	18	1.472	4.915
Total do passivo circulante		5.777	9.294
Patrimônio líquido			
Capital social	12	45.721	45.721
Reservas de lucros	12	11.309	64.384
Total do patrimônio líquido		57.030	110.105
Total do passivo e do patrimônio líquido		62.807	119.399

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	13	24.521	23.506
Custo de geração de energia	14	(7.290)	(7.004)
Lucro bruto		17.231	16.502
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(50)	(85)
Outras despesas operacionais	15	(10.983)	(29)
		(11.033)	(114)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		6.198	16.388
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	1.966	5.132
Despesas financeiras	16	(1.129)	(6)
		837	5.126
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.035	21.514
Imposto de renda e contribuição social Corrente	17	(836)	(818)
		(836)	(818)
Lucro líquido do exercício		6.199	20.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	6.199	20.696
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>6.199</u>	<u>20.696</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		38.721	5.547	54.994	-	99.262
Aumento de capital ocorrido no exercício	12.a	7.000	-	(7.000)	-	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	12.d	-	-	(4.938)	-	(4.938)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.696	20.696
Constituição de reserva legal	12.b	-	1.035	-	(1.035)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.d	-	-	-	(4.915)	(4.915)
Reserva de dividendos complementares	12.b	-	-	14.746	(14.746)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		45.721	6.582	57.802	-	110.105
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	12.d	-	-	(57.802)	-	(57.802)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.199	6.199
Constituição de reserva legal	12.b	-	310	-	(310)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.d	-	-	-	(1.472)	(1.472)
Reserva de dividendos complementares	12.b	-	-	4.417	(4.417)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		45.721	6.892	4.417	-	57.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.199	20.696
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	7	232	226
Amortização de ativo intangível	9	1.276	1.245
Baixa de ativo financeiro	8	-	57
Baixa de ativo imobilizado	7	-	1
Baixa de ativo intangível	9	-	(45)
Atualização de indenização de ativo financeiro	8	(1.836)	(4.217)
Baixa de provisão da Liminar do GFIS - (Portaria 463)		10.533	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		763	(713)
Estoques		66	15
Impostos a recuperar		76	(43)
Despesas antecipadas		408	689
Outros		(15)	(4.857)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(38)	3.142
Salários e encargos sociais		(26)	(9)
Impostos e contribuições a recolher		(10)	(134)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>17.628</u>	<u>16.053</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	8	12.985	32.123
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(82)	(156)
Aquisição de bens para o ativo intangível	9	(274)	(528)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>12.629</u>	<u>31.439</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(62.717)	(14.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(62.717)</u>	<u>(14.600)</u>
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>(32.460)</u>	<u>32.892</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		33.667	775
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		1.207	33.667
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>(32.460)</u>	<u>32.892</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		513	545
Valores pagos de CS:		305	312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Zona da Mata Geração S.A. (“Zona da Mata” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima constituída em 05 de setembro de 2001, e tem por objeto social a atuação na indústria de energia elétrica nas áreas de geração e transmissão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras empresas de quaisquer que sejam seus tipos e objetos sociais.

Em 17 de janeiro de 2007, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração de sua denominação social de Celbpar S.A. para Zona da Mata Geração S.A. Nessa mesma Assembleia, foi aprovado o aumento do capital social com integralização de bens e direitos, aumento esse que foi realizado pela sua então acionista Sociedade de Força e Luz Cataguzes-Leopoldina.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de julho de 2007, foi aprovada a alienação da totalidade de ações da Sociedade, conforme o contrato de compra de venda de ações da Sociedade assinada nesta data, sendo alienante a Energisa S.A. e adquirente a Brascan Energética S.A. (antiga denominação de Brookfield Energia Renovável S.A.), atual controladora da Sociedade.

A Sociedade detém a outorga de exploração, como produtora independente das Pequenas Centrais Hidrelétricas denominadas João Camilo Penna (Cachoeira do Emboque), Cachoeira Alta, Matipó, Roça Grande, Santa Cecília e Miguel Pereira (“PCHs”), localizadas no estado de Minas Gerais, totalizando 24,25 MW de potência instalada. A Sociedade detém concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração da seguinte PCH, na forma de concessionárias do serviço público:

PCH	Potência em MW	Concessão ANEEL	Prazo da concessão	Local
João Camilo Penna	21,60	02/1996	Julho de 2031	Raul Soares - MG

No dia 11 de maio de 2015, foi publicada a Portaria do MME 190/2015 que determinou que Furnas assumisse as operações das PCHs Coronel Domiciano e Ervália a partir do dia 8 de julho de 2015, até a assunção de novo concessionário, que seria definido a partir de uma licitação. No dia 18 de maio de 2015, o MME publicou a Portaria nº 218/2015, estabelecendo a licitação para a nova concessão das usinas existentes, sujeitas à Lei nº 12.783/2013, dentre elas as UHEs Neblina, Sinceridade, Coronel Domiciano e Ervália. O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015 e a CEMIG (Sociedade Energética de Minas Gerais S.A.) ganhou a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina divulgada na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$ 12.780.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$ 32.123 na conta da Sociedade. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de outubro de 2015, a Sociedade realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, totalizando em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 12.985.

A usina Maurício teve seu pedido de transferência para o antigo proprietário (Energisa Minas Gerais) aprovado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2013.

A Sociedade detém registros da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes CGHs:

CGHs	Potência em MW	Registro da ANEEL	Prazo da concessão	Local
Miguel Pereira	0,74	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Santa Cecília	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Roça Grande	0,77	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhuaçu - MG
Cachoeira Alta	0,30	Ofício 91/1998	Sem prazo	Reduto - MG
Matipó	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Juiz de Fora - MG
	<u>2,65</u>			

Os registros seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterado pela Lei nº 13.360/2016, uma vez que possuem potência instalada inferior ou igual a 5 MW. Referidos empreendimentos possuem prazo indeterminado de duração, mas devem seguir e cumprir as normas da agência reguladora, principalmente em relação à fiscalização.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Data do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/03/2007	31/07/2031

A data de vencimento do contrato de compra e venda de energia está de acordo com a data do término da concessão da UHE João Camilo Penna, ou seja, 04 de julho de 2031, embora a concessão da distribuidora Energisa MG tenha sido renovada até 07 de junho de 2045. Isto ocorre, pois, até o presente momento, não temos certeza da metodologia que será adotada para a renovação da concessão da UHE João Camilo Penna.

A tarifa de energia, exceto a da PCH Cachoeira do Emboque, será atualizada pela ANEEL na mesma data de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia. Para a PCH Cachoeira do Emboque, o preço da energia contratada é reajustado, anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

A Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 583. As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e ativo financeiro.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são as contas a pagar e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de concessão, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 7.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

e) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) Intangível

O ativo intangível, avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, são amortizados de forma linear de acordo com o período de descontratação definido em contrato. A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado como despesa.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

2.4. Novos pronunciamentos contábeis

A norma abaixo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários	49	426
Aplicações financeiras	1.158	33.241
Total	<u>1.207</u>	<u>33.667</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	1.158	33.241
			<u>1.158</u>	<u>33.241</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de energia	2.014	2.094
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	636	1.319
	<u>2.650</u>	<u>3.413</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo a vencer	2.650	3.413
Total	<u>2.650</u>	<u>3.413</u>

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	2019	2018
Adesão ao deslocamento hidráulico	238	714
Prêmio de seguro de risco operacional	169	101
Total	407	815
Ativo circulante	407	577
Ativo não circulante	-	238

Durante o exercício de 2015 foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

Em 18 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$ 9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros

A composição do grupo de outros é:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões MRE/CCEE (*)	-	10.533
Outros	<u>17</u>	<u>2</u>
Total	<u>17</u>	<u>10.535</u>

(*) Refere-se ao valor a receber de MRE/CCEE provenientes do efeito da liminar do GFIS (Portaria 463).

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE revisitou a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, e aumentou a garantia física da Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), a Sociedade entrou com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS), nos parâmetros anteriores ao período de escassez de geração de 2015. Com isso, a Sociedade efetuou o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Em setembro de 2019, a Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliou, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa não necessitava mais de provisionamento e optou por baixar este direito no seu balanço patrimonial.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 11.730.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Em serviço				Em curso		Total
	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2017	3.933	1.994	1.165	51	225	43	7.411
Adições	11	-	-	-	2	143	156
Baixas	(7)	-	-	-	-	-	(7)
31 de dezembro de 2018	3.937	1.994	1.165	51	227	186	7.560
Adições	-	-	-	-	12	70	82
Transferências	100	-	-	-	-	(100)	-
31 de dezembro de 2019	4.037	1.994	1.165	51	239	156	7.642
31 de dezembro de 2017	(1.991)	(513)	(539)	(34)	-	-	(3.077)
Adições de depreciação	(146)	(47)	(32)	(1)	-	-	(226)
Baixas de depreciação	6	-	-	-	-	-	6
31 de dezembro de 2018	(2.131)	(560)	(571)	(35)	-	-	(3.297)
Adições de depreciação	(152)	(47)	(32)	(1)	-	-	(232)
31 de dezembro de 2019	(2.283)	(607)	(603)	(36)	-	-	(3.529)
Total em 31 de dezembro de 2018	1.806	1.434	594	16	227	186	4.263
Total em 31 de dezembro de 2019	1.754	1.387	562	15	239	156	4.113

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

O imobilizado da Sociedade é composto pelas usinas que possuem potência instalada inferior ou igual a 1MW, as quais possuem prazo indeterminado de duração, de forma que, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não se aplicam a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

Após a decisão da Sociedade, em 2013, em relação a não renovação das concessões das UHEs Neblina e Sinceridade, nos moldes da Lei nº 12.783/2013, foi designada Furnas Centrais Elétricas S.A como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, fazendo-se necessária a baixa desses ativos na data de transferência, no valor líquido de R\$ 4.280 e R\$ 401, referente às UHEs Neblina e Sinceridade, respectivamente.

No dia 18 de maio de 2015, o MME publicou a Portaria nº 218/2015, estabelecendo a licitação para a nova concessão das usinas existentes, sujeitas à Lei nº 12.783/2013, dentre elas as UHEs Neblina, Sinceridade, Coronel Domiciano e Ervália. O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015 e a CEMIG (Sociedade Energética de Minas Gerais S.A.) ganhou a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais.

Os valores líquidos dos ativos baixados foram R\$ 2.134 e R\$ 9.379, referente às UHEs Coronel Domiciano e Ervália, respectivamente.

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e 2018 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios e barragens e adutoras, transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil estimada dos bens, conforme estabelecido pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE). O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)--Continuação

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2019 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

8. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Sociedade é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro vinculado à infraestrutura:

	2019	2018
Saldo inicial	54.377	82.340
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	1.836	4.217
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(12.985)	(32.123)
Baixas de ativo financeiro	-	(57)
Saldo final	43.228	54.377

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Bens em andamento	Estoque de ativo fixo	Total
Custo							
31 de dezembro de 2017	8.717	7.937	11.752	10	518	310	29.244
Adições	404	-	-	-	113	11	528
Baixas	-	-	(14)	-	-	-	(14)
31 de dezembro de 2018	9.121	7.937	11.738	10	631	321	29.758
Adições	239	-	-	-	-	35	274
Transferências	200	-	34	-	(234)	-	-
31 de dezembro de 2019	9.560	7.937	11.772	10	397	356	30.032
Amortização acumulada							
31 de dezembro de 2017	(5.553)	(4.651)	(7.089)	(6)	-	-	(17.299)
Adições de amortização	(571)	(248)	(426)	-	-	-	(1.245)
Baixas de amortização	7	-	52	-	-	-	59
31 de dezembro de 2018	(6.117)	(4.899)	(7.463)	(6)	-	-	(18.485)
Adições de amortização	(602)	(249)	(425)	-	-	-	(1.276)
31 de dezembro de 2019	(6.719)	(5.148)	(7.888)	(6)	-	-	(19.761)
Total em 31 de dezembro de 2018	3.004	3.038	4.275	4	631	321	11.273
Total em 31 de dezembro de 2019	2.841	2.789	3.884	4	397	356	10.271

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Sociedade entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos.

a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos intangíveis utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

10. Contas a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a pagar – partes relacionadas	33	8
Fornecedores	3.840	3.903
Seguros	2	2
Total	<u>3.875</u>	<u>3.913</u>

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

No entanto, a Sociedade possui uma contingência classificada como perda possível, referente a três processos administrativos, um auto de infração e uma ação de consignação em pagamento, no montante de R\$ 258 (R\$ 235 em 31 de dezembro de 2018).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é de R\$ 45.721, dividido em 16.720.653 (dezesesseis milhões, setecentos e vinte mil, seiscentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de junho de 2018, os acionistas aprovaram, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 7.000, mediante capitalização de parte do saldo existente na conta de Reserva Especial constituída com base nos lucros apurados nos balanços patrimoniais da Sociedade dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, sem a emissão de novas ações, de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros*--Continuação

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O valor de dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao exercício de 2019, perfaz R\$ 1.472.

Em 23 de outubro de 2019, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, os acionistas aprovaram a distribuição dos dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor total de R\$ 6.067 à conta de Reserva Especial.

Em 04 de abril de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, os acionistas aprovaram a distribuição dos dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor total de R\$ 8.680 à conta de Reserva Especial.

Em 03 de janeiro de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, os acionistas aprovaram a distribuição dos dividendos, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 11.658, em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 14.412 e em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 16.985 à conta de Reserva Especial.

Em 13 de junho de 2018, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, os acionistas aprovaram a distribuição dos dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 no valor total de R\$ 4.938 (R\$ 295,32 por lote de mil ações).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	23.637	19.211
Resultado com MRE e CCEE (*)	1.850	5.229
	25.487	24.440
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(172)	(166)
COFINS	(794)	(768)
Receita operacional líquida	24.521	23.506

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de geração de energia		
<i>Royalties</i> ANEEL	1.367	1.583
Pesquisa e desenvolvimento	2	-
	<u>1.369</u>	<u>1.583</u>
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	135	161
Serviços de terceiros	1.845	1.896
Seguros	672	706
Pessoal	256	353
Depreciação e amortização	1.508	1.471
Manutenção	268	166
MRE/CCEE (*)	892	328
Telecomunicações	97	99
Outros	248	241
	<u>5.921</u>	<u>5.421</u>
Total do custo de geração de energia	<u>7.290</u>	<u>7.004</u>
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	36	75
Outros	14	10
Total das despesas gerais e administrativas	<u>50</u>	<u>85</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u>7.340</u>	<u>7.089</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Baixa de provisão referente ao GFIS (Portaria 463) – Vide NE 06	(10.987)	-
Outros	4	(29)
Total	(10.983)	(29)

16. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	130	915
Atualização monetária sobre indenização de Ervália, e Coronel Domiciano (vide NE 08)	1.836	4.217
Total	1.966	5.132
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras	47	6
Reversão da atualização monetária do GFIS (Portaria 463) – Vide NE 06	743	-
Despesas com juros e descontos concedidos	338	-
Outros	1	-
Total	1.129	6

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Corrente		
Imposto de renda	537	529
Contribuição social	299	289
Total com despesas de impostos	836	818

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	26.352	26.352	24.440	24.440
Ajuste de base MRE/CCEE	-	-	645	645
	26.352	26.352	25.085	25.085
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.108	3.162	2.007	3.010
Receitas financeiras	130	130	915	915
Outras receitas (despesas) tributáveis	7	7	(715)	(715)
Base de cálculo total	2.245	3.299	2.207	3.210
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	537	297	528	289
Outros	-	2	1	-
	537	299	529	289

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	2019	2018
Passivo			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A.	(a)	12	-
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	21	8
		33	8
Dividendos a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	1.472	4.915
		1.472	4.915

(a) Contas a pagar entre a Sociedade e outras empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(b) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade.

19. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 130.920 (R\$ 182.145 em 31 de dezembro de 2018) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.207	1.207	-	33.667	33.667
Contas a receber	2.650	-	2.650	3.413	-	3.413
Ativo financeiro indenizável	43.228	-	43.228	54.377	-	54.377
	45.878	1.207	47.085	57.790	33.667	91.457

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Custo amortizado</u>
Contas a pagar	3.875	3.913
Dividendos a pagar	1.472	4.915
	5.347	8.828

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo--Continuação

- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.207	33.667

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade aderiu ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

A Sociedade detém outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

21. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2020, a Sociedade recebeu a quantia de R\$ 666 da CCEE referente ao restante da indenização sobre a devolução das PCHs Ervália e Coronel Domiciano.

22. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 27 de fevereiro de 2020.